

## ADEQUAÇÃO CURRICULAR NA SALA COMUM PARA ALUNO COM TEA: TRABALHANDO A TEMÁTICA DA ELEIÇÃO

Priscila Rocha MACHADO<sup>1</sup>  
Vera Lúcia Messias Fialho CAPELLINI<sup>2</sup>

**Resumo:** Incontáveis são as experiências vividas por cada professor no decorrer de sua trajetória profissional. Tendo a oportunidade de lecionar para um aluno com deficiência e sendo esta voltada para os Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), os aprendizados do professor se ampliam ainda mais. Fazendo uso de uma prática desenvolvida pela professora, também uma das autoras deste, canalizada para o desenvolvimento educacional e social de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) do quinto ano do Ensino Fundamental I, em uma escola pública municipal no interior do Estado de São Paulo, objetivou-se descrever as adequações curriculares de conteúdo disciplinar do eixo temático de História realizada pela professora da sala de aula comum para que o aluno pudesse desenvolver suas funcionalidades. Baseando-se em um estudo de caso registrado em diário de classe, a presente pesquisa apresenta-se como uma reflexão acerca do trabalho do professor da sala de aula comum quanto às adequações necessárias em seus conteúdos programáticos de maneira a atender o aluno com Transtorno do Espectro Autista, bem como expor as

dúvidas, erros e acertos nesta atividade de adequações curriculares necessárias no cotidiano escolar. A partir da temática ‘Eleições Municipais 2016’, a professora buscou, por meio de atividades de associação de palavras e imagens, trabalho em dupla, dramatizações de fatos históricos, atendimento individualizado na carteira junto ao aluno, métodos para que este pudesse compreender e participar dos trabalhos propostos num contexto em que pudesse dar significado ao que estava sendo delineado. Os resultados obtidos foram positivos já que apreendeu a atenção e participação do aluno nas atividades trabalhadas, correspondendo às expectativas pré-estabelecidas pelo professor para o desenvolvimento do aluno. Foi possível identificar a autonomia na resolução dos problemas propostos e maior familiarização com as palavras e termos associados às Eleições Municipais. Tais resultados acabam por incitar novas adequações que proporcionem não somente o ensino-aprendizagem do aluno com TEA, mas sua autonomia e auto confiança em suas capacidades.

**Palavras-chaves:** Educação Especial. Inclusão Escolar. Transtorno do Espectro Autista (TEA). Adequações Curriculares.

## CURRICULUM ADEQUATION IN COMMON ROOM FOR STUDENT WITH TEA: WORKING THE THEME OF ELECTION

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Docência para Educação Básica Faculdade de Ciências/Unesp - Campus Bauru/SP – 2016; Especialista em Ética, Valores e Cidadania na Educação; Pedagoga. E-mail: mac\_pris@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora Dra. do Departamento de Educação e Programas de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem e Docência na Educação Básica da Faculdade de Ciências - UNESP/Bauru. E-mail: verinha@fc.unesp.br



**Abstract:** Countless are the experiences of each teacher in the course of his career. Having the opportunity to teach for a student with disabilities and this being directed to the Global Development Disorders (PDD), the teacher's learning to further extend. Making use of a practice developed by the teacher, also one of the authors of this channeled to the educational and social development of a student with autism spectrum disorder (ASD) of the fifth year of elementary school in a public school in the state São Paulo aimed to describe the curricular adaptations of disciplinary content main theme of history held by ordinary classroom teacher so that students could develop their functionality. Based on a case study reported in gradebook, this research is presented as a reflection on the ordinary classroom teacher work on the necessary adjustments in their program content so as to meet the student with Disorder ASD and expose doubts, successes and failures in this activity necessary curricular adjustments in everyday school life. From the theme 'Municipal Elections 2016', the teacher sought, through association activities of words and images, work in pairs, dramatizations of historical fact, individualized care in the portfolio with the student, methods so that they could understand and participate the work proposed in a context that would give meaning to what was being outlined. The results were positive since seized the attention and participation of students in activities worked, corresponding to the pre-established expectations by the teacher to the student's development. It was possible autonomy in solving proposed and greater familiarization problems with words and terms associated with municipal elections. These results ultimately incite new adjustments that provide not only the

teaching and learning of students with ASD, but their autonomy and self-confidence in their capabilities.

**Keywords:** Special Education. School inclusion. Disorder Autistic Spectrum (TEA). Curricular Adaptations.

## 1 Introdução

O acesso, permanência e sucesso do aluno público alvo da Educação Especial no sistema regular de ensino configura como um processo inclusivo. O fato de estar em meio aos demais, compartilhando o mesmo ambiente, tendo o mesmo professor, vendo e ouvindo os conteúdos por este trabalhado, não significa que seus direitos estão sendo respeitados e concretizados. Todos os alunos possuem especificidades na aprendizagem, todavia, a unificação dos conteúdos trabalhados e a adoção de um único método de ensino, por si só já se torna fator limitante de aprendizagem para todos, e esse déficit acentua ainda mais as dificuldades para o aluno público alvo da Educação Especial (PAEE). Muitos professores de classe comum anseiam em oferecer o melhor e atender as necessidades do(s) aluno(s) com Transtorno do Espectro Autista, entretanto se deparam com inúmeras dúvidas quanto às adequações

curriculares necessárias. O presente estudo apresenta uma prática escolar na qual o professor adapta atividades que, de forma alguma tem por finalidade facilitar, mas equiparar as condições para a aprendizagem.

Atentemo-nos, primeiramente, para o que dita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), quanto aos direitos assegurados aos alunos público alvo da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

[...] Parágrafo único. O Poder Público adotará como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo (BRASIL, 1996).

No Brasil, de acordo com o já aplicado em outros países, ratificou-se o uso das expressões *adaptações curriculares*, ou *adequações curriculares* (BRASIL, 1999), para designar ações pedagógicas cujos intentos visam à flexibilização do currículo para obtenção de resultados positivos com alunos público-alvo da Educação Especial. Tais adaptações se apresentam como instrumento para a evolução no desenvolvimento de cada estudante. Dessa forma,

[...] a Secretaria de Educação Fundamental e a Secretaria de Educação Especial, em ação conjunta, produziram o material didático-pedagógico intitulado ‘Adaptações Curriculares’, que compõem o conjunto dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, inserindo na concepção da escola integradora defendida pelo Ministério da Educação.

Nesse sentido, a adequação curricular ora proposta procura subsidiar a prática docente, propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno (BRASIL, 1999).

A adequação curricular, além de ser um dos requisitos previsto e determinado em lei, como pudemos aferir acima, revela-se recurso essencial e necessário para que o professor possa ofertar ao aluno condições de aprendizagem respeitando suas especificidades. Inclusão escolar requer um conjunto de fatores e ações de profissionais da educação, da saúde, comprometimento dos pais e familiares, compreensão e conhecimento por parte de toda a sociedade para que de fato se concretize. Heredero (2010) coaduna ao afirmar “[...] as adaptações não se centralizarão somente no aluno/a; serão relativas e flexíveis, formarão um contínuo de menor a maior significação, e deverão ser revisadas e avaliadas constantemente” (HEREDERO, 2010, p.200).

A estagnação educacional não apresenta benefícios quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, principalmente àqueles que configuram público alvo da Educação Especial, “[...] ao lhes impor currículos elitistas, práticas de ensino/aprendizagem desvinculadas de sua realidade e um sistema avaliativo que rotula, acabamos por acentuar o atraso do desenvolvimento cognitivo e afetivo

de grande parte das crianças” (CAPELLINI, 2004, p.59).

Conforme consta registrado no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR, 2002), os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) abarca diferentes transtornos do Espectro Autista, as psicoses infantis, a Síndrome de Asperger, a Síndrome de Kanner e a Síndrome de Rett. Essas síndromes acometem o indivíduo comprometendo parte de suas funções psicomotoras, dentre elas abordaremos mais efusivamente a Síndrome do Espectro Autista que acaba por envolver de maneira severa e invasiva três áreas do conhecimento, sendo elas: habilidades de interação social recíproca; capacidades de comunicação; e presença de comportamentos de denotem interesses nas atividades (DSM-IV-TR, 2002).

O sucesso da escolarização do aluno com TEA está condicionado ao conhecimento que todos os envolvidos procuram obter para ofertar o que de fato cada aluno público alvo da Educação Especial precisa para desenvolver suas potencialidades e desenvolver sua autonomia para que, dessa forma, possa

obter qualidade em seu cotidiano de vida.

Adaptar, segundo consta no Dicionário do Aurélio (2016), tem por significado: a) Tornar apto; b) Fazer com que uma coisa se combine convenientemente com outra; acomodar; apropriar. Vemos que em sua totalidade, todo o significado abrangente dessa terminologia se aplica ao que o professor deve fazer para que o aluno com TGD tenha acesso ao currículo proposto para o ano/série em que está inserido. As adaptações no currículo devem ocorrer de maneira contínua e de acordo com os resultados apresentados pelo aluno.

O currículo educacional não é algo para ser seguido como regra única, ao contrário, o mesmo é um documento norteador e flexível no qual o professor se baseia para adaptar às necessidades de aprendizagem de seus alunos e à realidade social em estes estão inseridos (THOMAZI; ASINELLI, 2009; FONSECA, 2011).

## 2 Metodologia de pesquisa

A presente pesquisa está centrada em um estudo de caso (SEVERINO, 2007), tendo visto que, por meio do relato da vivência de uma professora, também autora deste, em sua prática

profissional, acreditando que, em sua significação quanto às reflexões e discussões, possa vir a motivar e incitar novas ideias a outros professores da sala de aula de ensino comum a adaptar conteúdos curriculares para seus alunos com TEA.

A prática se deu em uma escola pública municipal de Ensino Fundamental I na cidade de Agudos, interior do Estado de São Paulo, com, aproximadamente, trinta e oito mil habitantes. A classe do quinto ano é composta por vinte e sete alunos, com idades entre nove e dez anos. Conta com a professora titular de ensino regular, uma professora de Inglês e um professor de Educação Física.

Por integrar a turma um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), de dez anos de idade, compõe a equipe uma professora de Serviço de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE).

As análises foram realizadas durante dois dias consecutivos, no horário vespertino, com duração de cinco horas por dia, totalizando dez horas de observações no mês de março de 2016. As práticas realizadas e os resultados obtidos foram registrados pela

professora de ensino comum no que chamou de Diário de Sala.

O foco se deu no tema abordado, nas atividades programadas para os alunos regulares e as adaptações pensadas e desenvolvidas para o aluno com TEA.

### 3 Resultados e discussões

Ao analisar o assunto a ser trabalhado com os alunos no primeiro bimestre do ano letivo de 2016 proposto na grade curricular da disciplina de História, a professora se deparou com um tema bastante pertinente e atual – Eleições municipais 2016. A partir desta informação inicial, deu início a preparação das aulas a serem ministradas: estabeleceu-se o período necessário para a realização dos trabalhos; os objetivos foram determinados; as atividades a serem desenvolvidas e os recursos a serem utilizados foram elencados. Aparentemente, tudo estava de acordo com os requisitos necessários para a realização da prática docente.

A questão primordial, antes do início das atividades, foi pensar a significação dos conteúdos para os alunos. Aparentemente seja uma obviedade tal necessidade de

abordagem, visto pertencermos a um regime político democrático, onde o exercício máster da cidadania se apresenta no voto. Entretanto, o mesmo significado podia não se aplicar ao aluno com TEA em seu contexto literal. Foi com o pensamento voltado a atender a funcionalidade deste aluno que optou-se por fazer as adequações curriculares para trabalhar o tema.

O aluno, público alvo da Educação Especial ou não, é de responsabilidade do professor da sala regular de ensino. A sala de recursos e o professor especialista agregam condições de ensino, complementando os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Durante a aula inicial, na qual o tema foi abordado numa roda de conversas, foi exposta aos alunos a composição dos Três Poderes e suas respectivas funções dentro do nosso país. Com abordagem focada no Poder Executivo, foi apresentada imagens do atual prefeito da cidade e dos vereadores. Essa atividade possibilitou uma familiaridade com o cotidiano de cada um deles e os reflexos resultantes do trabalho do executivo para o bem estar social.



As atividades seguintes estavam voltadas para a especificidade da função de cada um dos profissionais do executivo da cidade e aplicou-se as adequações necessárias que atendessem e respeitasse as necessidades específicas do aluno com TEA.

Galve, Trallero e Sebastian Heredero (2002) apresentam a importância das adaptações curriculares para que o aluno público alvo da Educação Especial de fato se sinta pertencente ao meio escolar em que está inserido:

El proceso de adaptación individual ha de ser una estrategia global, muy flexible y dinámica, que tenga en cuenta algunos criterios básicos:

- Partir siempre de una amplia evaluación del alumno (curricular y psicopedagógica, cuando sea preciso) y del contexto en el que lleva a cabo el proceso de enseñanza aprendizaje.

- Partir siempre del currículo ordinario.

- Tender a que las adaptaciones aparten al alumnado menos posible de los planteamientos comunes.

- Estos criterios pueden adaptarse a:

1. Adaptaciones de los elementos de acceso al currículo

2. Adaptaciones de los elementos básicos del currículo:

2.1. Adaptaciones en el *cómo enseñar y evaluar*

2.2. Adaptaciones en el *qué y cuándo enseñar y evaluar*

- Siempre se deben conjugar los criterios de realidad y éxito.

- Todas las decisiones se deben reflejar por escrito. (GALVE; TRALLERO E SEBASTIAN HEREDERO, 2002, p. 120).

A descrição acima nos conduz a reflexões acerca da amplitude do processo inclusivo de todos os alunos. Se por um lado a normatização e abrangência das leis que regem a Educação Nacional impõem condutas, por outro oferece os parâmetros e diretrizes passíveis de modificações para que atenda cada realidade regional, ou seja, proporciona ao professor a liberdade de desenvolver seu trabalho de acordo com as necessidades apresentadas por seus alunos, inclusive ao aluno público alvo da Educação Especial.

Adaptação e flexibilização, no que cerne à Inclusão Escolar, tornam-se sinônimos (SCHERER, 2015), ser flexível para conhecer e tentar o novo é requisito para o bom trabalho do professor, já que terá que dispor de todos os recursos necessários para ajudar seu aluno com TEA a desenvolver suas capacidades e autonomia.

O aluno com TEA apresenta bom relacionamento com os demais colegas, não lê, mas identifica todas as letras do alfabeto, os numerais, as cores e tem sua lateralidade bem desenvolvida. Comunica-se oralmente, mesmo com um vocabulário reduzido.

Nesse sentido, para que o aluno pudesse compreender as discussões, a professora mostrou uma imagem da atual Presidente da República e apontou para a imagem da Bandeira Nacional – o aluno imediatamente disse: - Brasil.

Atividades de relacionar imagens e letras iniciais das palavras foram elencadas no caderno e o aluno as realizou com autonomia.

Outra co-relação foi feita com a imagem da Presidente e o mapa do Brasil, fazendo uso de atividades de recorte e colagens de letras que formam a palavra Brasil.

A sequência didática se voltou para a prática do voto. A professora trouxe para a sala de aula, uma réplica de urna eletrônica feita em papelão, onde todos puderam ouvir as funções de cada tecla e da imagem retratada.

As atividades apresentadas ao aluno com TEA tiveram objetivos distintos aos demais. Enquanto o objetivo para o restante da sala era o de conhecer como funciona o voto, para este era o de trabalhar a sequência numérica, imagem do prefeito e de alguns vereadores relacionando com a letra inicial do nome de cada um deles e as cores (no caso das teclas de ‘branco’, ‘corrige’ e ‘confirma’).

Em todas as atividades, o aluno foi capaz de desenvolver com parcial e total autonomia, sem que fosse necessária a intervenção de outro que não fosse a professora da sala.

Mesmo tendo os objetivos distintos, a professora conseguiu trabalhar o mesmo tema, num mesmo ambiente, contando com a atenção e participação de todos, imputando significado em seu ensino de maneira a despertar o interesse e propiciar a aprendizagem de cada um de seus educandos.

O aluno com TEA esteve presente em todos os momentos, ouvindo as falas da professora e dos demais colegas, demonstrando que compreendia que algo familiar estava sendo discutido cada vez que ouvia o nome da cidade, pois, nestes momentos, sorria e apontava o brasão da cidade na camiseta do uniforme escolar, já que este foi o exercício seguinte de co-relação no decorrer do tema histórico estudado.

Assim como a abordagem descrita, todas as demais disciplinas, independente de seu eixo-temático, são passíveis de adequações, mesmo que os objetivos se distinguem, o fundamental é que o aluno público alvo da Educação Especial, possa se sentir, de fato,



pertencente ao mesmo espaço que os demais, sem que para isso sejam necessários aparatos e recursos diversos.

Acredita-se que as adequações no currículo escolar são essenciais para que possa servir às especificidades de cada um e desenvolver realmente um trabalho educacional dentro da sala de aula regular, sem que seja necessário o deslocamento do aluno com TEA para a sala de recursos diariamente, já que a inclusão escolar acontece quando o aluno público alvo da Educação Especial se sente pertencente ao mesmo espaço e condições que os demais, obviamente os recursos utilizados serão diferentes, entretanto o que se anseia é a equidade.

Sabe-se que pode o professor não encontrar todas as condições que anseia para o desenvolvimento de determinadas atividades, ou não se sentir plenamente preparado para lidar com determinadas situações. Neste caso, apresenta-se como opção a Formação Continuada do Professor. Essa em muito contribui para a aquisição e troca de conhecimentos que levam a mudanças e transformações nos métodos utilizados de ensino e que o trabalho em conjunto com o professor especialista e toda a equipe educacional assegura ainda mais o sucesso da inclusão. “A escolarização de alunos

com TGD exige um trabalho a ser desenvolvido no coletivo, bem como a construção de um estilo próprio de ensinar e a responsabilização por um processo a ser sustentado em diferentes instâncias.” (VASQUES; BAPTISTA, 2014, p.680).

As adequações curriculares deverão se estender a todas as esferas do ambiente escolar. Há de se dispor de todo o meio necessário para proporcionar igualdade de condições de convivência e aprendizagem ao aluno público alvo da Educação Especial. Adaptar o currículo é importante para a alfabetização e escolarização desse aluno, e essa deve ser uma prática diária até que se torne lugar comum, sem que haja qualquer tipo de elemento dificultador para o aluno, para o professor e demais profissionais da educação.

Vemos que, mesmo sem utilizar de diferentes recursos materiais, foi plenamente possível adaptar os conteúdos e atingir os objetivos intencionados. Outro fator de extrema relevância é estabelecer os objetivos a que se pretende alcançar e se certificar de que as condições estão sendo oferecidas.

As transformações são necessárias para o aprimoramento de muitas práticas e, nesse caso, as

transformações nos métodos de ensino e as adequações no currículo favorece o trabalho do professor e, principalmente, oportuniza a aprendizagem a todos os alunos, em especial àquele com Transtorno do Espectro Autista.

#### 4 Considerações finais

Pensando na prática profissional do professor e seu posicionamento frente às metodologias e conteúdo a serem trabalhados de acordo com o ano/série; no intento de atender as necessidades, identificando e respeitando as especificidades de cada aluno, principalmente àquele com TEA, pensou-se na funcionalidade dos temas abordados e quanto a possíveis modificações e adequações necessárias no currículo nacional de ensino para atender as especificidades do aluno com TEA na sala de aula regular.

Neste estudo, observou-se as adequações curriculares relacionadas a uma única temática, doravante, o ano letivo é composto por diversas disciplinas, com inúmeros conteúdos e objetivos específicos. Conhecer a dinâmica de aprendizagem do aluno com TEA é o primeiro passo para identificar quais adequações curriculares serão necessárias para atender esse aluno.

Muitos ainda são os questionamentos acerca da escolarização desses alunos, todavia, a prática, comprometimento e dedicação dos professores e toda equipe escolar, torna o processo efetivo e significativo.

Nas palavras de Vasques (2014, p.682) “Em meio às nuances do compreender, no encontro com o outro, o plural, talvez seja possível reajustar focos, construir novos *outros*, ampliando e, talvez, modificando os horizontes compreensivos.” Ao pensar nas necessidades de aprendizagem do aluno com TEA, mesmo contando com o apoio do professor da sala de recursos, cabe ao professor assegurar todos os recursos necessários que possibilite a escolarização do mesmo.

Para as unidades escolares que desfruta do SAPE, os trabalhos a serem perscrutados são ainda mais enriquecedores para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos públicos alvo da Educação Especial. O professor de ensino comum pode contar com o apoio especializado de outro profissional na elaboração e desenvolvimento das atividades, o chamado Ensino Colaborativo que consiste na

[...] estratégia didática inclusiva em que o professor da classe comum e o professor,

ou especialista planejam de forma colaborativa, procedimentos de ensino para ajudar no atendimento a estudantes com deficiência, em classes comuns, mediante um ajuste por parte dos professores (CAPELLINI; ZANATA; PEREIRA, 2008, p.10, apud CAPELLINI 2014, p.5).

Criatividade, interesse e comprometimento são adjetivos necessários ao professor e todo aquele que objetiva atender as especificidades dos alunos e anseia por ver os frutos de seu trabalho no amadurecimento e independência de cada um deles.

A prática relatada neste estudo nos permite aferir que, mesmo sem dispor de muitos recursos, é totalmente possível a adequação de quaisquer conteúdos curriculares educacionais. Não há a obrigatoriedade da abordagem de todo contexto trabalhado com os demais, todavia, há de se empregar significados para que o aluno com TEA desenvolva suas potencialidades.

Acreditamos que a presença do aluno com TEA na sala de ensino regular, por si só não configura prática da inclusão escolar, tampouco social. Não compartilhamos da opinião que fazer com que o aluno fique num mesmo espaço que os demais sem compreender sua função, significação e importância seja algo positivo pra ele nem para os demais.

Almejamos que este estudo possa estimular outros professores e profissionais da área educacional a lançarem um novo olhar para o aluno com TEA, dando-lhes as mesmas oportunidades de desenvolvimento que aos demais alunos, sem que haja qualquer tipo de detrimento, mesmo que o pensamento esteja voltado para a facilitação.

O aluno público alvo da Educação Especial não precisa que os conteúdos sejam facilitados para que o compreendam, precisam que sejam adequados às suas especificidades.

## Referências

AURÉLIO. *Dicionário do Aurélio*. Disponível em:

<<http://dicionariodoaurelio.com/>>.

Acesso em: 12 jan 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros curriculares nacionais*. Adaptações curriculares. Brasília: MEC, 1999.

CAPELLINI, V. L. M. F. *Ensino Colaborativo: Uma Proposta para a Escolarização do Estudante com Transtorno Global do Desenvolvimento*. Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva. Rede de Formação do Estado de São Paulo, 2014.

CAPELLINI, V. L. M. F. *Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental*. 300f. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

FONSECA, K. A. *Análise de adequações curriculares no ensino fundamental: subsídios para programas de pesquisa colaborativa na formação de professores*. 126f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

GALVE, J. L.; TRALLERO, M.; SEBASTIAN HEREDERO, E. *Las adaptaciones curriculares individuales (ACI)*. Madrid: CEPE, 2002.

HEREDERO, S. E. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. *Maringá*, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

SCHERER, R. P. “Cada um aprende de um jeito”: das adaptações às flexibilizações curriculares. *UNISINOS*. São Leopoldo, 2015.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23 ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

THOMAZI, A. R. G.; ASINELLI, T. M. T. Prática docente: considerações sobre o planejamento das atividades pedagógicas. *Educar*, Curitiba, n.35, p.181-195, 2009.

VASQUES, C. K; BAPTISTA, C. R. Transtornos Globais do Desenvolvimento e escolarização: o

conhecimento em perspectiva. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 665-685, jul./set. 2014.

Recebido em: 05 de maio de 2016  
Revisado em: 26 de outubro de 2016  
Aceite final em: 02 de novembro de 2016